

Assistência aos cegos

Alguns aspectos fundamentais do problema

ARY C. FERNANDES

O Autor do presente trabalho, especialista em assuntos de assistência social, focaliza aqui alguns aspectos, particularmente importantes, do problema de cegos e amblíopes. Além de por em evidência fatores que ocasionam o desajustamento social desses deficitários, ou que para êle contribuem, passa em revista os principais setores de um programa assistencial específico.

Nesta primeira parte de seu trabalho, o Autor focaliza a experiência adquirida pelos Estados Unidos da América, quanto à educação da criança e à reeducação do adulto cego, e analisa o problema da colocação de cegos e amblíopes em atividade lucrativa, como ponto básico da readaptação social e econômica, forma de assistência construtiva que deve ter prevalência sobre outras, de caráter meramente paliativa. (N. da R.).

ASSISTENTES sociais, como todos aquêles que, por quaisquer motivos, ganharam experiência no contacto com cegos e amblíopes, sabem que êstes constituem grupos difíceis, pela peculiaridade dos problemas psicológicos, sociais e econômicos que apresentam.

Bem fácil é imaginar que a perda da visão — isto é, de um dos mais diretos e eficientes meios de que dispõe o homem para conhecimento da realidade e do mundo exterior — não pode deixar de trazer consigo sérias repercussões sobre o psiquismo daqueles que, por êsse fato doloroso, passam desde logo a se caracterizar pela condição de indivíduos fisicamente deficitários.

O problema das relações da criança com o mundo exterior, tão importante para o desenvolvimento do psiquismo, avulta em significação no caso do cego de berço e, quando não devidamente solucionado, provoca estados de ansiedade e de

angústia. Por vezes tão ensimesmada se torna a criança cega, que, encapsulada dentro de seu mundo próprio, ela aparenta ser débil mental.

Para os cegos de berço, como para aquêles a quem a cegueira fere rudemente na juventude, na madureza ou na velhice, o mundo dos videntes raramente contribui para seu ajustamento psíquico, errando por excesso de zelo, carinho e assistência individual, ou por falta de compreensão e de habilidade. Demasiadamente mimados sob certos aspectos, injustamente rejeitados sob outros, os cegos tendem a criar ressentimentos e complexos de inferioridade, que o tempo agrava. Por vezes tornam-se hostis, agressivos e turbulentos, quando não são tímidos e desconfiados — quase sempre situados nos polos extremos do desajustamento social. E nem sequer podem realmente constituir um grupo social à parte, pois cegos há de tôdas as idades, capacidades e camadas econômico-sociais, sem que entre êles haja de fato um denominar comum, de vez que a cegueira é apenas uma condição física, e não um estado social.

A responsabilidade dos videntes pelo desajustamento dos cegos vai mais longe, sempre pecando por excesso e por deficiência. Se se procura ajustar economicamente o cego, dando-lhe profissão compatível com seu estado físico, o vidente por sua conta imagina por exemplo que o cego tem sempre grande pendor pela música, enquanto lhe nega acesso a tantas atividades em que pode ser tão eficiente ou mais que o homem normal.

A questão comportaria análise minudente e longa. Mas êste simples esboço basta para evidenciar que a assistência social aos cegos comporta duas ordens de dificuldade: — as que são intrínsecas, inerentes à condição de deficit físico por êles apresentada; e as que decorrem da incompreensão e inabilidade dos videntes, dificultando-lhes o ajustamento social.

Tal como os demais campos de serviço social, a assistência aos cegos foi a princípio apenas ativi-

dade filantrópica, lutando com a insuficiência e a incerteza de fundos financeiros para custear iniciativas que, embora louváveis, eram tènicamente insatisfatórias. Grande era o número de cegos mendigos nas ruas, ou internados em asilos gerais. Posteriormente, criaram-se asilos próprios, em que mulheres executavam trabalhos de agulha, e homens, atividades manuais de oficina; mas ali a vida era sempre triste, monótona e pouco ou nada construtiva. Já no fim do século passado iniciou-se o movimento de busca de trabalhos adequados, ao lado de videntes, na indústria. A definitiva aceitação e divulgação do sistema Braille, de escrita pontilhada em relêvo e leitura pelo tato, abrindo novos horizontes à educação dos cegos, veio colocar o problema em tērmos tènicos.

Assistir aos cegos é hoje uma tarefa especializada, que compreende dois setores bem distintos:

a) o da prestação de *auxílio* aos desvalidos — forma de assistência meramente paliativa, reminiscência do movimento caritativo de proteção ao “pobre ceguinho”, mas que, em determinados casos, ainda é necessária;

b) o da *readaptação* dos válidos — forma de assistência construtiva, que cada dia ganha maior prevalência sôbre a primeira.

Além disso, aqui também aparece o problema, sempre difícil, da coordenação administrativa e técnica com muitos outros serviços assistenciais (saúde, bem estar social, etc.).

Um programa de assistência aos cegos comportaria o seguinte desdobramento:

1. estatística da cegueira e localização de pessoas cegas e amblíopes;
2. educação de cegos e amblíopes menores;
3. reeducação de cegos e amblíopes adultos;
4. orientação profissional;
5. instalação e gerência de oficinas de trabalho lucrativo;
6. colocação de cegos e amblíopes em atividade privada lucrativa;
7. concessão de pensões ou abonos;
8. outras formas eventuais de assistência a cegos indigentes;

e, correlatamente, o problema fundamental de

9. prevenção da cegueira e organização de classes de conservação da visão.

As estatísticas, relativas à incidência da cegueira e suas causas, via de regra, são falhas, pois apenas em pequena minoria de casos os diagnósticos são feitos por oftalmologistas, e ainda não há uniformidade de critério o que se deva considerar cegueira — se a perda total da visão, ou se a perda da capacidade visual a tal grau que impeça o indivíduo de manter relações normais com o mundo físico circundante e exercer atividades normais, inclusive as de conquista dos meios de subsistência.

Para o trabalho assistencial, grande é a falta de inquéritos amplos e fidedignos sôbre as causas de cegueira e ambliopia. Pode-se mesmo afirmar, sem exagêro, que, partindo de informações omisssas nesse sentido, dificilmente se poderá atingir ao mínimo de eficiência desejável. Eis porque a Sociedade Nacional de Prevenção da Cegueira, dos Estados Unidos da América, partiu para o seu programa assistencial sômente depois de exaustivo inquérito sôbre as causas de cegueira, muito variáveis segundo as diversas regiões do país: — negligência e maus hábitos, entre os mineiros — aqui, acidentes no trabalho — ali, tracôma, etc.

O capítulo da educação de cegos e amblíopes menores não dá margem à discussão sôbre a quem melhor convém atribuir a responsabilidade de manter e administrar o sistema educacional, — se à iniciativa privada, se aos poderes públicos. Os norte-americanos, campeões da primeira corrente, aqui são obrigados a transigir, e desde que em 1837, no Estado de Ohio, surgiu o primeiro educandário especial para cegos, reconhecem a responsabilidade do poder público pela educação dos cegos e amblíopes. Já em 1927, dos 48 Estados da União, 43 mantinham uma ou mais escolas especiais para cegos e amblíopes, e apenas em alguns poucos havia escolas privadas, as quais, entretanto, eram oficialmente subvencionadas e controladas.

Frequentemente governos estaduais e municipais exercem ação conjunta, mais econômica e mais eficiente. De modo geral, os auxílios financeiros, concedidos pelos governos estaduais aos municipais e, em alguns casos, às instituições privadas, cobrem a diferença das despesas de educação normal e da de uma criança cega ou amblíope, mais cara.

No que se refere à posição administrativa das escolas especializadas, dentro da organização da assistência às crianças fisicamente deficitárias, os

norte-americanos admitem várias soluções, de subordinação a:

- a) instituições especializadas de assistência, regidas por conselhos administrativos próprios (16 Estados);
- b) serviços gerais de assistência social (12 Estados);
- c) departamento estadual de educação pública (6 Estados);
- d) comissão diretora de educandários superiores e especializados (4 Estados);
- e) direção independente, diretamente subordinada ao Governador do Estado (2 Estados).

Quase sempre tais escolas são dirigidas por um técnico em assuntos educacionais, e o diretor do departamento estadual de educação é membro nato de seu conselho administrativo.

Nos poucos Estados da União norte-americana, que não possuem escolas especiais, a educação de crianças cegas ou amblíopes se faz em escolas públicas, ora em classes comuns aos videntes (o que é péssima solução), ora em classes especiais para cegos e amblíopes e outros deficitários.

Nas esferas de govêrno estadual e municipal, os serviços correlatos de assistência à criança cega ou amblíope ora são ministrados por unidades assistenciais gerais, ora por unidades especialmente dedicadas a essa clientela. Na primeira hipótese, a coordenação administrativa é atribuída a comissões ou conselhos, dos quais participam representantes dos diversos setores.

A reeducação dos cegos e amblíopes, que perderam ou tiveram a capacidade visual reduzida já em idade adulta, só pode ser feita em instituições especializadas nas tarefas de orientação e readaptação profissional.

Em tempos idos, pensava-se que se deveria criar instituições especiais para a reeducação desses indivíduos. A experiência, adquirida após a primeira e a segunda guerras mundiais, provou, ao contrário, que mais conviria, para os próprios cegos e amblíopes, a reeducação ao lado de outros portadores de deficits físicos. A mais rápida reintegração social, assim obtida, compensa certos problemas de administração escolar, que a presença dos cegos apenas agrava um pouco, mas que, mesmo sem eles, não poderiam ser anulados, pois a educa-

ção dos deficitários adultos é sempre e em grande parte um trabalho de casos individuais.

Os norte-americanos, seguindo o exemplo colhido em diversos países europeus, procuraram instalar, nas grandes cidades de vários Estados da União, oficinas de trabalho industrial lucrativo só para cegos, fazendo o possível para nelas reunir os cegos, adultos e válidos desses Estados.

Geralmente pagavam salários um pouco superiores ao valor real do trabalho produtivo de cada um, pois do contrário o ganho seria insuficiente para o sustento de vida.

A idéia dominante era preparar o cego para exercer trabalho lucrativo em emprêsas privadas de comércio e indústria. Entretanto, exceção feita a poucos casos, dentre os quais é muito conhecido o de Henry Ford, os empregadores ofereceram grande resistência em aceitar os cegos e amblíopes, exagerando o risco que êstes pudessem oferecer quanto a acidentes no trabalho. Essa atitude negativa, tão pouco esclarecida, trouxe conseqüências más, que praticamente invalidaram ou destruíram a obra de ajustamento social, visada por tal iniciativa.

Com efeito. Os cegos e amblíopes, egressos dessas oficinas ou escolas de trabalho, procuravam atividades lucrativas que pudessem ser exercidas a domicílio ou em pequenas oficinas, nas quais vários deles trabalhassem sós, dispensando o contacto com videntes.

Dedicavam-se, então, os cegos à afinação de pianos, fabricação de brinquedos, de pequenos objetos, de vassouras e espanadores, à tecelagem de tapetes, empalhamento de cadeiras, trabalhos de vime, e outras atividades do mesmo gênero.

Ficavam, pois, na posição de verdadeiros artesãos "medievais", incapacitados para concorrer, em condições razoáveis, com aqueles que se integravam no sistema econômico vigente.

Os salários curtos, que auferiam, não eram de molde a despertar entusiasmo entre os cegos. Muitos conformavam-se com a situação. Entre os que continuavam nessas atividades de operários, encontrava-se grande número de cegos, provenientes de famílias de classe média, cujos parentes e amigos exerciam profissões qualificadas ou "superiores"; e, humilhados, desenvolviam a mentalidade do "parente pobre". Outros, menos ciosos

de sua própria dignidade, confrontavam os cinco dólares diários, que ganhavam, com os dez ou vinte, que facilmente obteriam com a mendicância; e para ela caminhavam.

Vê-se, pois, que a iniciativa deu resultados muito menores do que se poderia esperar.

Para remediar tais casos, procurou-se a medicação, apenas sintomática e paliativa, de conceder

abonos ou pensões, suplementando os poucos salários ganhos nessas oficinas ou nos trabalhos de "biscate".

A melhor solução, conveniente e construtiva, viria depois.

Deixemos, porém, para a próxima oportunidade, o exame desses problemas, e de outros, que ainda merecem atenção no capítulo da assistência social a cegos e amblíopes.